

MULHERES DO CERRADO QUE FAZEM HISTÓRIA E CONSERVAM A NATUREZA NO CAMINHO DE CORA CORALINA

Data de aceite: 01/12/2023

Celia Maria Machado Ambrozio

Instituto Brasília Ambiental (Ibram)

Regina Coelly Fernandes Saraiva

Universidade de Brasília (UnB), Faculdade
UnB Planaltina (FUP)

GT 4: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas e das águas num mundo de crises

RESUMO: Este artigo concentra-se na temática de conservação ambiental em conciliação com a valorização da diversidade cultural no Caminho de Cora Coralina, tendo como estudo de caso a atuação das mulheres do campo na área da APA Serra dos Pireneus, em Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis (GO). A pesquisa, de natureza qualitativa, adotou como metodologia registro da área de estudo, levantamento dos aspectos sócio-históricos, culturais e ambientais, pesquisa exploratória, realização da trilha e de entrevistas. A análise das estratégias promovidas em propriedades rurais consistiu na organização dos relatos

e no reagrupamento dos elementos textuais de acordo com as características em comum, divididos nas categorias selecionadas para este estudo: educação ambiental; reserva particular do patrimônio natural; agroecologia; saberes e fazeres tradicionais; e fortalecimento das redes e participação política no Caminho. A pesquisa demonstrou a atuação marcante das mulheres proprietárias rurais no Caminho em promover a sensibilização e o incentivo para a conservação do Cerrado e valorização de seu patrimônio natural, histórico e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: conservação ambiental, diversidade cultural, patrimônio rural, Caminho de Cora Coralina.

INTRODUÇÃO

O tema do estudo proposto se justifica considerando a intensa perturbação nos ambientes naturais, com altos índices de desmatamento em áreas do bioma Cerrado. Segundo o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) 2021, o Cerrado apresentou a segunda maior taxa de desmatamento no ano de

2021 em relação aos demais biomas brasileiros, com mais de meio milhão de hectares, sendo que a área total desmatada representa quase um terço do total no país (30,2%) (PROJETO MAPBIOMAS, 2021, p. 39).

Em 2018, foi criado o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens (Conecta)¹, o qual tem por objetivo promover a integração de políticas públicas que propiciem a conectividade entre as áreas naturais protegidas e os seus interstícios, visando reduzir os efeitos da mudança de clima sobre a biodiversidade, bem como assegurar a sustentabilidade dos processos produtivos relacionados às questões afetas a água, florestas, aspectos socioambientais, econômicos e culturais (BRASIL, 2018c).

No mesmo ano, instituiu-se a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RNTLC), por meio da Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 407, de 19 de outubro de 2018 (BRASIL, 2018a),² com o objetivo de promover instrumentos de conservação da biodiversidade, de conectividade de paisagens e de sensibilização da sociedade sobre a importância da conexão de paisagens naturais e ecossistemas (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2018).

Para minimizar os impactos advindos das expressivas alterações dos ecossistemas do Cerrado, devido às altas taxas de desmatamento detectadas na atualidade, com a crescente pressão pela expansão da fronteira agrícola brasileira, acredita-se que a RNTLC, inserida no Programa Conecta, pode ser considerada uma proposta inovadora e complementar de política pública de conservação ambiental, em especial, para esse bioma, por meio da construção de redes envolvendo proprietários(as) rurais, empreendedores de turismo, voluntários e governo. Cabe salientar a importância desse programa de conectividade de paisagens por meio da formação de corredores ecológicos (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2020).

A iniciativa de conectividade de paisagens dentro da RNTLC, por meio da criação e da implantação da Trilha Regional Caminho de Goyazes, no estado de Goiás (GO), em sua concepção, apresenta-se dividida em cinco trechos denominados: Caminho de Cora Coralina (CCC), Giro dos Povoados, Caminho do Planalto Central, Rota do Rio Areias e Caminho dos Veadeiros.³

O percurso selecionado nesta pesquisa refere-se à parte do trecho inicial do Caminho de Cora Coralina, com 302 km de extensão, que incide na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra dos Pireneus, que abrange os municípios de Cocalzinho de

1 O Programa Conecta, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e instituído pela Portaria MMA nº 75/2018, que contempla os eixos temáticos de conservação ambiental, recuperação ambiental, gestão territorial e produção sustentável (BRASIL, 2018b).

2 A RNTLC, regulamentada por meio da Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 500/2020 (BRASIL, 2020), evidencia a importância das áreas protegidas por estabelecer que as unidades de conservação são áreas núcleo das trilhas de longo curso reconhecidas, de modo a maximizar a passagem por áreas rurais, naturais e de relevante beleza cênica, de interesse turístico, histórico e cultural.

3 O Caminho dos Goyazes apresenta mais de mil km de extensão e une as unidades de conservação Parque Estadual Serra Dourada (cidade de Goiás) e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Vila São Jorge, na cidade de Alto Paraíso de Goiás, passando pelo Distrito Federal).

Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis (GO). Essa unidade de conservação ambiental apresenta, entre seus objetivos, a proteção da região serrana e do entorno do Parque Estadual dos Pireneus (PEP), dos remanescentes de Cerrado e dos recursos hídricos e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes (GOIÁS, 2021).

O trajeto apresenta diversos poemas da escritora Cora Coralina Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985), pseudônimo Cora Coralina, considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras, por suas poesias e seus contos que tão bem retratam o amor à terra, a natureza, as tradições e o cotidiano do povo goiano, como os trabalhadores rurais, o homem do campo e as mulheres (BRITO; SEDA, 2009). Os poemas estão em placas, distribuídas ao longo do Caminho.

O caminho interliga as cidades de Corumbá de Goiás e de Goiás, bem como diversas outras cidades ao longo do trajeto, que apresentam, como característica marcante de seu território rural, pequenas e médias propriedades situadas em área de grande importância ambiental, histórica e sociocultural, tanto em âmbito regional como internacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014),⁴ portanto considerou-se região estratégica no sentido de possibilitar a identificação de ações desenvolvidas pela sociedade civil em parceria com o Estado voltadas à conservação ambiental do bioma Cerrado em conjunto com a valorização da cultura e história local.

Diante do contexto apresentado, entende-se que é relevante a identificação das estratégias e das contribuições dos diversos segmentos sociais no meio rural no Caminho de Cora Coralina, voltadas à conservação ambiental e à valorização da história e da cultura, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços ecossistêmicos⁵ prestados pelo bioma Cerrado e eliminar os impactos negativos advindos de desmatamentos e queimadas em propriedades rurais (AMBROZIO, 2022, p. 22).

O artigo tem por objetivo apresentar as contribuições das proprietárias rurais do Caminho de Cora Coralina para a conservação ambiental do Cerrado e os diálogos com elementos culturais e históricos presentes no Caminho. Este artigo, em um primeiro momento, é dedicado a registrar a metodologia da pesquisa, partindo inicialmente de breve registro da área de estudo, o Caminho de Cora Coralina e seus aspectos sociais, culturais, históricos e ambientais. Em seguida, são apresentados os passos da pesquisa, desde os aspectos da pesquisa exploratória, e das entrevistas com as proprietárias rurais do Caminho.

O segundo momento traz a revisão da literatura, trazendo os conceitos de novas

4 O título internacional foi concedido pela Unesco a Cidade de Goiás, em 14 de dezembro de 2001, que reconhece a importância do conjunto arquitetônico da antiga capital (BARBOSA, 2021).

5 A Lei nº 14.119/2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA) e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), define, em seu art. 2º, inciso II, o conceito de serviços ecossistêmicos como benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, nas seguintes modalidades: serviços de provisão, serviços de suporte, serviços de regulação e serviços culturais (BRASIL, 2021).

ruralidades no espaço rural brasileiro e sua relação com a valorização da diversidade cultural e da crescente importância das atividades não agrícolas no meio rural (turismo, lazer e moradia). Nessa parte, apresentam-se conceitos de patrimônios rural, natural e cultural. Esses conceitos são componentes do desenvolvimento rural e das novas ruralidades em busca da sustentabilidade, que conjuga meio ambiente, cultura e história.

O último e terceiro momento apresenta a análise dos resultados obtidos na pesquisa referente às estratégias desenvolvidas pelas proprietárias rurais para a conservação ambiental do Cerrado, a partir das seguintes categorias de análise identificadas: educação ambiental, reserva particular do patrimônio natural, agroecologia, saberes e fazeres tradicionais e, por último, fortalecimento das redes e participação política no Caminho.

O CAMINHO DE CORA CORALINA

O Caminho de Cora Coralina, uma trilha de longo percurso, tem uma extensão de 302 km, passando por cidades históricas, municípios, povoados e unidades de conservação situadas na região do Leste Goiano. O percurso foi idealizado a partir da rota que era utilizada pelos bandeirantes em busca do ouro e a partir de registros documentais históricos e relatos de viagem realizadas no período colonial no Planalto Central (CAMINHO DE CORA CORALINA, 2022).

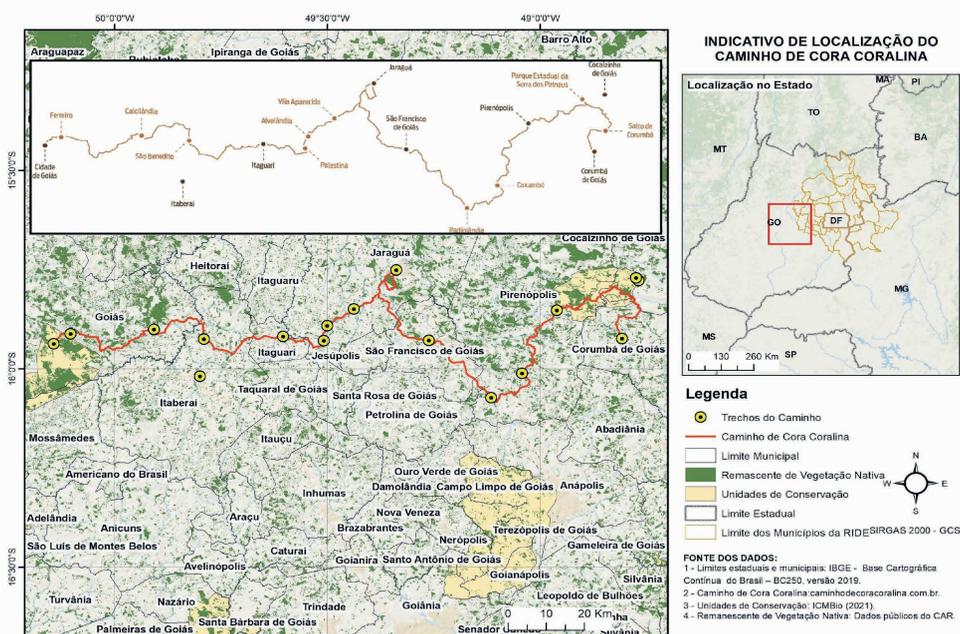


Figura 1 – Localização dos 13 trechos ao longo do Caminho de Cora Coralina

Fonte: elaborada pela autora (2022) a partir de Caminho de Cora Coralina (2022), IBGE (2019) e ICMBio (2021).

O trajeto do Caminho de Cora Coralina consiste em 13 trechos em percurso e trilhas no meio rural, que conectam municípios e unidades de conservação, cruzando oito localidades: as cidades históricas de Corumbá de Goiás, Pirenópolis, São Francisco de Goiás, Jaraguá e Goiás; as cidades de Cocalzinho de Goiás, Itaguari e Itaberaí; e oito povoados, Caxambu, Radiolândia, Vila Aparecida, Alvelândia, Palestina, São Benedito, Calciolândia e Ferreiro, com passagem por inúmeras propriedades rurais, que permeiam unidades de conservação ambiental.

A área de estudo se localiza na microrregião do entorno de Brasília e na área de abrangência da Ride-DF.⁶ Os estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) estimam a população total, em 2021, dos três municípios, em 56.350 habitantes e o índice de desenvolvimento humano médio (IDHM),⁷ em 2010, de 0,677, valor próximo ao da média nacional, de 0,727 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 22).

Para destacar a importância cultural do “povo cerratense”, cabe citar o economista e historiador goiano Paulo Bertran (2000), que realizou pesquisa sobre a preservação da memória oral entre os roceiros do planalto brasileiro, os quais denomina e cita como “pirenopolinos, formosenses, luzianenses, corumbaenses, cocalinenses e — por que não? — distritalenses” (BERTRAN, 2000, p. 246).

As etapas metodológicas de pesquisa exploratória e caminhada foram adotadas por considerar a abordagem naturalística, interpretativa, com investigações de campo, em “cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

No contexto dos conceitos apresentados por Graziano da Silva (2002), relativos ao tema “o novo rural brasileiro”, pode-se observar, durante a pesquisa exploratória, uma dinâmica rica em diversidade de atores sociais, práticas culturais e econômicas relativas às atividades que predominam no meio rural (agrícolas e não agrícolas), assim como em relação aos aspectos e às características naturais e culturais que predominam nas propriedades rurais que prestam serviço ao Caminho.

A partir da pesquisa exploratória foram selecionadas 10 propriedades rurais situadas ao longo do Caminho de Cora Coralina, na área de abrangência da APA da Serra do Pireneus.

6 Ride-DF é uma área com vários municípios integrados para a criação de políticas públicas voltadas a eles, criada pela Lei Complementar nº 94/1998, alterada pela Lei Complementar nº 163/2018, que, em seu § 1º do art. 1º, estabelece: “A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, **Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás**, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, **Pirenópolis**, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unai, no Estado de Minas Gerais” (BRASIL, 1998, grifo nosso).

7 O “IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,7271. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 40).

O roteiro de perguntas da entrevista contemplou tópicos sobre conservação ambiental, o contexto cultural e histórico das propriedades rurais e, ainda, desafios, potencialidades, fragilidades e participação dos atores envolvidos em associações, conselhos ou parcerias voltadas para conservação ambiental do bioma Cerrado.

As propriedades rurais foram selecionadas devido a sua efetiva participação como prestadora de serviço no Caminho. Para tanto, definiu-se uma amostragem de 50% das propriedades, representadas por mulheres a serem entrevistadas. As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas entrevistadas. Em relação às características das entrevistadas, buscou-se um equilíbrio entre os diversos tipos de atividades de prestação de serviço desenvolvidas pelas propriedades rurais, sendo selecionados em três trechos do Caminho de Cora Coralina.

Na área delimitada da pesquisa (Trecho 2, 3 e 4 do Caminho), acontece a interface entre diversos elementos naturais, históricos e culturais. Na trilha Caminho de Cora Coralina, foi identificada a expressiva participação do público feminino, presente de forma marcante ao longo de todo o percurso e em todos os pontos de apoio e que prestam serviços ao Caminho, tanto nas propriedades rurais como nos serviços de atendimento ao turismo e de coordenação dos centros educativos, culturais e históricos nas cidades por onde passa o Caminho.

NOVAS RURALIDADES, PATRIMÔNIO RURAL E O CAMINHO DE CORA CORALINA

Este tópico apresenta aspectos teóricos sobre as novas ruralidades e patrimônios rural, natural e cultural, considerando a crescente importância das atividades não agrícolas no meio rural (turismo, lazer, moradia, conservação ambiental e produção de água), bem como a relação e o significado dos elementos naturais e culturais na construção das novas tendências de desenvolvimento e da sustentabilidade no meio rural.

Em contraponto ao processo de modernização da agricultura no espaço agrário brasileiro, surge o conceito de ruralidade, que, conforme define Medeiros (2017), é

originalmente um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. [...]

Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social. Este tipo de população mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades. (MEDEIROS, 2017, p. 181).

Observa que essa nova ruralidade começa a se fazer presente no espaço rural brasileiro, onde se exprime a construção de novas identidades, unidas em torno de práticas,

valores e do sentimento de pertencimento. Ela afirma que “esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e em sua relação com o urbano para assim compreender seus contornos, suas especificidades e suas representações” (MEDEIROS, 2017, p. 187). E conclui que

O rural passa a ser buscado como ambiente para o lazer e para a fuga dos problemas da vida urbana fazendo com que cresçam os investimentos em condomínios horizontais, chácaras, hotéis-fazenda, spas e coisas do gênero. O espaço rural se vê então, gradativamente, interpenetrado por este novo personagem, o neorural, constituído por profissionais liberais, aposentados, amantes da natureza, todos ex-habitantes da cidade que buscam no campo tranquilidade e paz, mas todos eles com suas referências urbanas e ligados ao mundo global. (MEDEIROS, 2017, p. 187).

Estudos relativos ao tema “o novo rural brasileiro”, de Graziano da Silva (2002), apresentam o crescimento das atividades não agrícolas nas zonas rurais, com destaque para as principais atividades não agrícolas com importância crescente no meio rural, como a proliferação de agroindústrias, as atividades relacionadas à crescente urbanização (como moradia, turismo, lazer e outros serviços), a preservação do meio ambiente e, por último, a proliferação dos sítios de recreio ou chácaras.

O autor ressalta a importância de criação de empregos não agrícolas como estratégia para manter a população rural pobre nos seus espaços de origem e elevar sua renda, bem como ainda enfatiza que

o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural. (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 28).

Mariuzzo (2012, p. 61) define patrimônio cultural rural como aquele que “congrega o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, costumes e das formas de produção estabelecidas na área rural”. A autora expõe sobre a importância do reconhecimento e da valorização do patrimônio cultural rural: “ele possibilita compreender todas as fases da ocupação do território, aspectos históricos, tecnológicos, econômicos, relações de trabalho, religiosas, alimentação, assim como valores familiares e sociais” (MARIUZZO, 2012, p. 61).

Em sua reflexão sobre a construção social da noção de patrimônio rural, Alves (2004) considera duas balizas conceituais: patrimônio cultural e patrimônio natural. O autor observa a relação íntima desses conceitos com a identidade dessas sociedades: “os bens patrimoniais são, precisamente, aqueles em que os homens se reconhecem a título individual e coletivo. E consideram estes bens significativos para o seu passado e preciosos para o seu futuro” (ALVES, 2004, p. 7).

Em relação à valorização igualitária dos elementos naturais, históricos e culturais nas paisagens rurais, entre eles, os saberes tradicionais no meio rural, cabe citar o autor

Toledo (2015), o qual discute o conceito dos saberes tradicionais locais. Para o autor, “a sabedoria não faz uma separação drástica entre a mente e a matéria, uma vez que tanto os valores quanto os fatos conformam uma unidade na experiência do indivíduo” (TOLEDO, 2015, p. 131).

Toledo (2015, p. 137) explica a construção dos saberes locais nas civilizações tradicionais com base em redes sociais e culturais de reciprocidade e responsabilidade, em uma lógica dual ecológico-econômica, que se evidencia no uso múltiplo dos recursos e no manejo do ambiente local. Na sequência, ele define os saberes locais como

sistemas de conhecimento holísticos, acumulativos, dinâmicos e abertos, que se constroem com base nas experiências locais transgeracionais e, portanto, em constante adaptação às dinâmicas tecnológicas e socioeconômicas. Os saberes locais incorporam uma visão monista do mundo, de modo que a natureza e a cultura são aspectos que não podem ser separados. (TOLEDO, 2015, p. 138).

Para Costabeber e Caporal (2003, p. 3), “o desenvolvimento significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos”. Nesse sentido, para que haja a sustentabilidade no meio rural, faz-se necessário a ampla participação e articulação entre os diversos segmentos da sociedade civil em parceria com o Estado, em ações, programas e projetos voltados à valorização do patrimônio cultural rural, em conciliação com o reconhecimento da importância da conservação ambiental.

CONSERVAÇÃO DO CERRADO, CULTURA E HISTÓRIA NO CAMINHO DE CORA CORALINA

A análise de categorias identificadas na pesquisa referente às contribuições desenvolvidas pelas proprietárias rurais para a conservação ambiental do Cerrado, que dialogam com os elementos naturais, culturais e históricos presentes no Caminho, nos três trechos analisados, identificou as estratégias e contribuições que estão presentes em ações de educação ambiental, criação de reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs), práticas agroecológicas, saberes e fazeres tradicionais e fortalecimento das redes e participação política no Caminho.

Os dados e as informações levantadas durante a realização das entrevistas em campo possibilitaram compreender as articulações desenvolvidas pelas proprietárias rurais voltadas à conservação do bioma Cerrado e à valorização da cultura e da história no Caminho.

As entrevistas apresentaram resultados quanto à presença de atividades não agrícolas em conciliação com as atividades agrícolas nas propriedades rurais no Caminho, oferecidas pelos serviços ecossistêmicos culturais do bioma Cerrado, definidos na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) como os benefícios não

materiais providos pelos ecossistemas, por meio do turismo, da recreação, da identidade cultural, experiências espirituais e estéticas (BRASIL, 2021).

Educação ambiental na conservação do Cerrado

A educação ambiental foi identificada, entre as proprietárias rurais do Caminho, como um forte elemento de promoção para a conservação ambiental do Cerrado, tanto voltada para os prestadores de serviço no Caminho como para os visitantes e a população local.

Medina (1997) considera que a educação ambiental deve ser promovida com ênfase nos problemas locais, com a colaboração de diversos segmentos da sociedade civil, entre eles, organizações não governamentais, organizações de mulheres, bem como, por meio de programas de educação de adultos para incentivar o ensino contínuo sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

Odete Oliveira, proprietária da Fazenda Quatro Barras (Pousada Riacho das Pedras), de Cocalzinho de Goiás, ressalta: “acho a educação ambiental muito relevante. Precisamos estar em constante educação ambiental”. A necessidade de educação ambiental voltada para os(as) proprietários(as) de terra da região, visando ao melhor desempenho das atividades agrícolas, em conciliação com a conservação dos recursos naturais, consta no relato da senhora Marly Borges, da Fazenda Santa Helena: “O Caminho traz mudança de consciência para preservar, educação ambiental, os caminhantes têm esta preocupação e experiência para preservar. Traz riqueza, conhecimento e melhoria da qualidade de vida na região”.

Reserva particular do patrimônio natural como estratégia de conservação

As RPPNs, de presença expressiva no Caminho de Cora Coralina, formam o Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus, com 14 reservas. Essas unidades de conservação representam um modelo de conservação ambiental por favorecer a preservação de remanescentes de vegetação natural e a formação de corredores ecológicos entre as propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental no Caminho, bem como possibilitam a promoção da sensibilização ambiental de proprietários(as) rurais, moradores(as) locais e visitantes do Caminho, de modo a favorecer os serviços ecossistêmicos do bioma Cerrado.

Dona Jeanne White, proprietária da RPPN Caraívas, relatou sobre o processo de recuperação das áreas degradadas em sua propriedade, que considera uma atividade relevante, conjuntamente com a criação de RPPNs e a preservação dos rios:

Quando comprei em 1983, a propriedade estava toda desmatada e tinha roça de subsistência e criação do antigo proprietário. Havia até um canavial na beira da cachoeira, então cercamos a propriedade, fiz um reflorestamento

na beira do córrego com plantio de espécies nativas, tinha muito capim gordura e área era muito degradada. Então as APPs estão bem recuperadas. Finalmente em 2019 certificamos a área como RPPN, temos a Ecovilla Caraívas, 11 hectares de RPPN, a reserva legal foi toda reconstituída e preservada. Quanto as atividades relevantes seria a recuperação ambiental da propriedade, criação de RPPN, a preservação dos rios, principalmente o rio Barriguda, que abastece 70% de Pirenópolis. (JEANNE WHITE, 2022).

Conforme apontam Shiki, Shiki e Rosado (2015), as ações e os projetos ambientais são essenciais para favorecer a revegetação florestal de áreas degradadas, o aumento da biodiversidade e da capacidade de retenção de água, bem como outras práticas conservacionistas dos recursos naturais, além de ajudar a intensificação dos serviços ecossistêmicos do bioma Cerrado na propriedade rural.

Agroecologia para a sustentabilidade rural no Caminho

No trecho 4, caracterizado pelas fazendas tradicionais goianas que desenvolvem o turismo rural no Caminho, situadas na região de Pirenópolis, e ocupadas por famílias naturais de Goiás, predominam as atividades de agricultura e de pecuária, como a criação de gado, a produção de leite, a plantação de milho, soja, mandioca, hortaliças e frutíferas em geral, inclusive, a adoção do manejo agroecológico.

Em busca da sustentabilidade no meio rural visando atender às novas tendências de consumo por produtos orgânicos por meio dos sistemas alternativos de produção agroecológicos, Costabeber e Caporal (2003) abordam o tema desenvolvimento rural sustentável (DRS) a partir das orientações da agroecologia, sob a perspectiva ecossocial e pela transição agroecológica na agricultura.

Uma estratégia considerada relevante de conservação ambiental desenvolvida no Caminho de Cora Coralina em conciliação com o turismo rural são as práticas agroecológicas desenvolvidas na Fazenda Custódio dos Santos, pela agricultora Daniele de Mesquita e sua família, no projeto Promessa do Futuro, com objetivo de produzir e comercializar hortaliças e outras culturas temporárias. Além da adoção de práticas conservacionistas, como a rotação de culturas e o plantio em nível, da produção de sementes crioulas, extrativismo, beneficiamento e comercialização de frutos e legumes e a produção de geleias de baru, cagaíta e hibisco e castanhas torradas na agroindústria,

Fazemos rotação de cultura, curva de nível [...], recuperamos locais de nascente onde não permitimos a entrada do gado. A agroecologia é algo que está crescendo muito, agroindústria e extrativismo, como exemplo fazer oficina de coleta, quebra e beneficiamento da castanha de baru e de produção de farinha e polvilho. Tivemos parceria com a Embrapa para produção de sementes crioulas. (DANIELE DE MESQUITA, 2022).

No sentido da adoção do manejo e da produção agroecológica para a conservação ambiental, com valorização das tradições culturais no meio rural, a agricultora Daniele

de Mesquita enfatiza a importância da agroecologia como prática tradicional associada à produção agrícola que respeita o meio ambiente: “acaba que a agroecologia é este tipo de produção, que respeita o tempo da terra, no sistema antigo de plantio”.

Saberes e fazeres tradicionais na valorização da biodiversidade do Cerrado

Nas fazendas tradicionais, em que predominam as atividades culturais relacionadas à culinária goiana, associadas ao turismo rural, pode-se observar a participação significativa das proprietárias rurais no Caminho: no trecho 2, a dona Odete Oliveira (Fazenda Quatro Barras) e, no trecho 4, a senhora Marly Borges (Fazenda Santa Helena) e a agricultora Daniele de Mesquita (Fazenda Custódio dos Santos).

Relatos de saberes e fazeres tradicionais associados a conservação ambiental, costumes e experiências das gerações passadas, que são perpetuadas entre gerações, são trazidos por dona Marly Borges:

Tenho a produção de farofa de frango na palha de milho para alimentação dos caminhantes, da época de nossos ancestrais, fácil e nutritiva, a matula, corisco de fubá assado na folha de bananeira, broa de fubá muito saborosa da culinária tropeira, biscoito tradicionais de queijo e rapadura com queijo fresco. Evitamos a poluição ambiental. (MARLY BORGES, 2022).

Nesse aspecto, em relação às práticas, aos costumes e aos saberes da culinária tradicional goiana e seus utensílios e objetos históricos, bem como sua vinculação com a conservação ambiental, cabe o relato de dona Odete Oliveira:

Temos monjolo muito antigo, socamos paçoca de amendoim, de carne; os turistas visitam o monjolo, se deparam com esse elemento muito antigo. Temos fogão a lenha, panela de ferro, bem típico da roça. O rancho de palha, redário coberto de palha de coqueiro, isso vem dos nossos bisavôs, uma cultura antiga. Todos esses materiais e elementos usados são naturais e ficamos em contato com a natureza. (ODETE OLIVEIRA, 2022).

Ainda no sentido de reconhecimento dos saberes e dos fazeres locais relativos à culinária regional como estratégia de valorização cultural na APA da Serra dos Pirineus, cabe destacar a iniciativa de comercialização de produtos naturais e artesanais gerados pela comunidade local. Conforme relata a proprietária, dona Kalinca Gomes: “Temos a venda para comercialização de produtos regionais e produção de granola artesanal, conservamos a Bica do Juca que atendem aos caminhantes no Caminho para o Parque Estadual dos Pirineus “.

No sentido do envolvimento das novas gerações para a valorização do patrimônio cultural, dona Jeanne White ressalta a necessidade de educação da população rural para a troca de conhecimento e saberes tradicionais, de modo a propiciar a produção de renda e manter as novas gerações no meio rural:

Precisa de uma educação melhor da pessoa nativa e dos proprietários, para eles entenderem o que é o Caminho de Cora Coralina e como eles poderiam

ter uma troca cultural com essas pessoas. Por exemplo, quando cheguei aqui, com convivência com os moradores locais, conheci o café de milho torrado com caldo de cana, a broa de milho, o melado, a rapadura, faziam algodão na roca. Era fantástico, hoje não tem mais isto. Hoje as novas gerações foram estudar na cidade, fazem móveis com madeira do Cerrado, trabalham como pedreiros e diaristas. (JEANNE WHITE, 2022).

Fortalecimento de redes e participação política

Para a promoção do desenvolvimento rural, Schmitt (2011) propõe o fortalecimento de redes. Segundo ela, a rede é uma ferramenta capaz de interligar atores, objetos, significados e práticas nos processos de desenvolvimento rural. Explica que, em relação à abordagem relacional nas ciências sociais, “Os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação, só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependência, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência” (SCHMITT, 2011, p. 86).

Em análise dos resultados das entrevistas quanto à visão das proprietárias rurais referente a sua participação na RNTLC – Caminho de Cora Coralina como representantes da sociedade civil e integrantes da Associação do Caminho de Cora Coralina (ACCC), observa-se que foram apontadas as demais formas de participação regional, como associações, conselhos municipais e estaduais, sindicato e cooperativa.

A participação das proprietárias em redes de representação da sociedade civil, atuantes na região de abrangência do Caminho, configura-se como foco principal de atuação na área ambiental e de turismo no meio rural. Isso demonstra a potencialidade do programa RNTLC para favorecer a interconexão entre organizações sociais que apresentam objetivos em comum, de forma a favorecer o apoio mútuo e compartilhado no alcance de suas metas e objetivos, em busca do desenvolvimento rural sustentável.

Quanto às questões de formação de redes para o desenvolvimento rural sustentável, Schmitt (2011) defende os processos de construção de modelos alternativos, como a formação de redes rurais na construção de uma abordagem relacional para a transformação do rural na atualidade. A autora argumenta que “as redes, mobilizando relações, recursos e significados, propiciam a interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas” (SCHMITT, 2011, p. 92).

A pesquisa registrou que existe significativa participação das proprietárias em entidades de representação política, além da participação na ACCC. Sendo citadas diversas instituições atuantes na APA da Serra dos Pireneus, como o Conselho de Turismo da Secretaria de Turismo de Cocalzinho de Goiás (Comtur/Setel), o Conselho Consultivo do Parque e da APA dos Pireneus (Conpep/APA), a Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda e da Cabeceira do Rio das Almas (Abra) e a Cooperativa Central do Cerrado de Extrativistas, Agricultores Familiares e Comunidades Tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podem-se observar duas relações de forte vinculação entre os elementos naturais e culturais desenvolvidos nas propriedades rurais do Caminho: a primeira refere-se à adoção de práticas de conservação ambiental, como educação ambiental, criação de RPPNs, recuperação de áreas degradadas, associadas às atividades de ecoturismo nas pousadas com reservas naturais ou com RPPNs; enquanto, na segunda relação, predominante nas fazendas tradicionais do Caminho, observou-se as práticas e costumes relativos à perpetuação e à preservação dos saberes e dos fazeres tradicionais empregadas no turismo rural, associados à culinária e ao manejo agroecológico na conservação e na valorização da biodiversidade do bioma Cerrado.

Esses resultados demonstram a articulação entre as ações de conservação ambiental e de valorização cultural desenvolvidas nas propriedades rurais inseridas na APA da Serra dos Pireneus, com forte e expressiva participação de mulheres do campo, além do reconhecimento do potencial do Caminho para a conservação da natureza e para a ampliação de áreas protegidas no seu trajeto, assim como para favorecer que as populações rurais possam expressar sua identidade cultural e evitar-se a perda dos valores, dos saberes e dos costumes locais.

A pesquisa revelou que iniciativas voltadas à proteção dos recursos naturais e da conservação da biodiversidade do Cerrado, desenvolvidas pela união de esforços e de recursos, de forma colaborativa em diversos níveis, regional e local, a exemplo da RNTLC Caminho de Cora Coralina, podem representar importante estratégia de conservação do patrimônio natural desse bioma, bem como dos patrimônios histórico e cultural, tendo demonstrado a atuação marcante das mulheres no campo na promoção de programas voltados à sensibilização e ao incentivo para a conservação do bioma Cerrado e a valorização de seu patrimônio natural, histórico e cultural.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Emílio. **Sobre o patrimônio rural**: contributos para a clarificação de um conceito. Porto Alegre: Editora CET-ISCTE-IUL, 2004. p. 1-20. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2120/1/Patrim%^{c3}%^{b3}nio%²⁰rural.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2120/1/Patrim%c3%b3nio%20rural.pdf). Acesso em: 25 jun. 2022.

AMBROZIO, Celia Maria Machado. **Conservação do cerrado entre cultura e história no Caminho de Cora Coralina - Goiás**. 2022. 222 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

BARBOSA, Millena. Cidade de Goiás: a história que se tornou Patrimônio da Humanidade há 20 anos. **G1**, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/12/14/cidade-de-goias-a-historia-que-se-tornou-patrimonio-da-humanidade-ha-20-anos.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. ed. rev. e atual. Brasília: Verano, 2000. p. 181-250.

BRASIL. **Lei complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - Ride e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm. Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021.** Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Turismo. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018.** Institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Percurso e Conectividade – Rede Trilhas e dá outras providências. Brasília, DF: MMA/MTur/ICMBio, 2018a. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/guest/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47099695/do1-2018-10-25-portaria-conjunta-n-407-de-19-de-outubro-de-2018-47099425. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Turismo. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020.** Define os critérios previstos no art. 3º da Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018 [...]. Brasília, DF: MMA/MTur/ICMBio, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-500-de-15-de-setembro-de-2020-277904739>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 75, de 26 de março de 2018.** Brasília, DF: MMA, 2018b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-75-de-26-de-marco-de-2018-8247454>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Conectividade de Paisagens - Conecta** – Portaria MMA nº 75, de 26 de março de 2018. Brasília: MMA/SBio, 2018c. 79 p. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/florestas/Programa%20Conecta.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRITO, Clóvis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. **Cora Coralina: raízes de Aninha.** 6. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

CAMINHO DE CORA CORALINA. **O caminho.** Goiânia: Caminho de Cora Coralina, 2022. Disponível em: <https://caminhodecoracoralina.com.br/história>. Acesso em: 10 abr. 2021.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Palloti, 2003. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/possibilidades%20e%20alternativas%20do%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap. 1, p. 15-42. Disponível em: <https://corpomtransito.wordpress.com/2015/04/08/denzin-lincoln-2006>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Área de Proteção Ambiental dos Pireneus (**APA Pireneus**). Goiânia: Semad, 2021. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/aceso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1099-area-de-protecao-ambiental-dos-pireneus-apa-pireneus.html>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. 1. reimpr. Campinas: Unicamp/IE, 2002. p. 1-28. (Coleção Pesquisas, v. 1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Mosaico e corredores ecológicos**. Brasília: ICMBio, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/mosaicos-e-corredores-ecologicos>. Acesso em: 18 ago. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Trilhas de longo curso conectam paisagens do Brasil**. Brasília: ICMBio, 2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9532-trilhas-de-longo-curso-conectam-paisagens-do-brasil-2>. Acesso em: 18 ago. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados – Pirenópolis (GO)**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1469>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MARIUZZO, Patrícia. Desafios para se preservar o patrimônio rural. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 61-63, 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *In*: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (org.). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: Neag 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189.

MEDINA, Naná Mininni. Breve Histórico da Educação Ambiental. *In*: PÁDUA, Suzana Machado; TABANEZ, Marlene F. (org.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília, 1997. p. 257-280.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: Pnud: Ipea: FJP, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375>. Acesso em: 4 jan. 2023.

PROJETO MAPBIOMAS. **MapBiomias Alerta RAD 2021 – Relatório Anual do Desmatamento no Brasil**. [S. l.]: MapBiomias, 2021. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SCHMITT, Claudia J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias – Ciências sociais e desenvolvimento**, UFRGS, Porto Alegre, n. 27, p. 82-112, maio-ago. 2011.

SHIKI, Shigeo; SHIKI, Simone de Faria Narciso; ROSADO, Patrícia Lopes. Políticas de pagamento por serviços ambientais no Brasil: avanços, limites e desafios. *In*: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 281-307.

TOLEDO, Victor M. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015. cap. 4, p. 129-148.